

# **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOB A PERSPECTIVA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

2010

Trabalho realizado no âmbito da unidade curricular de Grandes Teorias das Ciências Sociais do plano de estudos do Curso de Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

**Alexandra Peinado**

**Cristina Moura**

**Isabel Alexandra Almeida**

**Margarete Santos**

**Teresa Gaspar**

Alunas do Mestrado Integrado em Psicologia pela  
Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (Portugal).

Contacto:

[isabelalexandraalmeida@gmail.com](mailto:isabelalexandraalmeida@gmail.com)

---

## **RESUMO**

A violência doméstica, enquanto problema ou fenómeno social, pode ser objecto de abordagens muito diversificadas. No trabalho de investigação do qual se dá nota no presente documento, será apresentada revisão de literatura sobre o tema, bem como modelo teórico equacionado pelas autoras, sendo mencionadas tipologias de agressores e de vítimas. Serão ainda apresentadas pistas de reflexão mais aprofundada sobre o tema proposto, bem como propostas de análise futura do mesmo, desta feita, numa perspectiva de investigação científica com recurso a trabalho de campo. O presente trabalho terá por tema uma perspectiva *strictu sensu* de violência doméstica, considerando-se apenas o fenómeno na modalidade de agressão por parte do homem à respectiva parceira amorosa.

**Palavras-chave:** Violência doméstica *strictu sensu*, tipologia de agressores domésticos, tipologia das vítimas de violência doméstica

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de grupo, realizado no âmbito da Unidade Curricular de Grandes Teorias das Ciências Sociais, leccionada no 1º Semestre, 1º ano do plano de Estudos do Curso de Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa será subordinado ao tema – Violência Doméstica – sendo apresentada uma abordagem temática sob a perspectiva das ciências sociais. Este artigo seguirá a estrutura de uma revisão de literatura, numa primeira parte, trabalho este que permitiu enriquecer e melhor cimentar os conhecimentos teóricos das autoras acerca do tema escolhido, numa segunda parte, são dadas a conhecer as reflexões pessoais das discentes, numa perspectiva crítico-reflexiva exploratória do tema, com a apresentação de um modelo personalizado de análise teórica, contendo também pistas de reflexão sobre a temática equacionada, e ainda uma proposta de focagem futura do tema, sob uma perspectiva de projecto de investigação científica, na vertente de trabalho de campo, com recolha de dados directa junto das fontes privilegiadas – vítimas de violência doméstica, agressores domésticos, técnicos que acompanham institucionalmente este tipo de situações.

## 2. RUPTURA

### 2.1 Questão de partida

A metodologia de trabalho proposta para a realização do estudo mostra-se plasmada na obra de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt – Manual de Investigação em Ciências Sociais. Devido à orientação metodológica seguida neste trabalho de investigação científica, que assume doravante a forma de trabalho de pesquisa e revisão de literatura, contendo também uma reflexão crítica e personalizada sobre o tema da violência doméstica, de acordo com a visão do mesmo proposta pelo grupo de discentes, serão apenas enunciadas e descritas as fases de investigação que estritamente digam respeito ao modelo eminentemente teórico do trabalho.

*In casu*, tomou-se como base de todo o trabalho desenvolvido, a seguinte pergunta de partida: “ tendo em conta as várias perspectivas de análise do fenómeno social – Violência doméstica – que modelo original de análise crítica/teórica será viável formalizar, de acordo com a visão pessoal do grupo de trabalho?”

Frise-se que, a fase inicial de qualquer estudo científico, que podemos designar de fase de ruptura, consiste em equacionar e escolher o modo de abordagem a adoptar para o tema de estudo escolhido, com o intuito de delimitar o campo concreto do objecto do estudo a desenvolver.

Esta fase inicial de qualquer projecto científico, seja ele ambicioso em maior ou menor grau, permite também que os investigadores comecem por seguir uma atitude de humildade

científica, admitindo, à partida, as suas próprias limitações enquanto seres humanos “pensantes” por assim dizer, e fazendo um esforço para libertar, o mais possível, o respectivo espírito de quaisquer preconceitos ou ideias pré-concebidas sobre o tema a explorar.

Assim, cabe ter presente, nesta fase inicial do trabalho, onde começam a germinar as sementes da reflexão teórica direccionada para o tema escolhido, a noção de ruptura proposta na Manual de Investigação em Ciências Sociais: “Daí a importância da ruptura, que consiste precisamente em romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas. A ruptura é, portanto, o primeiro acto constitutivo do procedimento científico.” ( Quivy, R. & Van Campenhoudt, L., 2008).

Delimitando-se, gradualmente, o objecto de estudo do presente trabalho, optou-se por equacionar o fenómeno da violência doméstica sob uma perspectiva restrita, por forma a tornar possível uma análise minimamente consistente e logicamente encadeada do tema.

## 2.2 A Exploração

Sequencialmente, procedeu-se ao desenvolvimento do chamado trabalho de exploração ou de realização de leituras exploratórias, embora tendo em mente que a investigação científica não reveste a natureza de um processo linear, antes sendo executada de forma permanentemente retroactiva, ou seja, as suas várias fases entrecruzam-se em permanência, exercendo influências cruzadas umas sobre as outras.

Aliás, recordemos a este propósito, os ensinamentos colhidos no Manual de Investigação em Ciências Sociais: “Como se verifica, a formulação da pergunta de partida, as leituras e as entrevistas exploratórias e, finalmente, a explicitação da sua problemática interagem intimamente. Estas etapas estão sempre reflectir-se umas nas outras num processo que é mais circular ou em espiral do que estritamente linear.” Quivy, R. & Van Campenhoudt, L., 2008). Para alargar conhecimentos sobre a temática escolhida para esta investigação, foi obviamente necessário seleccionar um conjunto minimamente variado de fontes bibliográficas, as quais consistiram primacialmente em artigos científicos de autores prestigiados de nacionalidade Portuguesa, mas também, numa perspectiva transcultural, fazendo-se um paralelo com a riquíssima literatura Norte Americana sobre a violência doméstica.

Passemos, de seguida, a uma revisão da literatura seleccionada para a realização do nosso estudo.

Os estudos nesta área encontram-se bastante desenvolvidos nos EUA, país onde é abundante a literatura científica sobre a temática da violência doméstica, na sequência de projectos de investigação especificamente direccionados para o estudo de tal fenómeno social.

Todavia, no nosso país, uma equipa da Universidade do Minho tem vindo a debruçar a sua atenção sobre esta problemática, tendo feito publicar artigos científicos de excelente qualidade sobre os trabalhos desenvolvidos no acompanhamento de casos de violência doméstica.

Começemos por ter em linha de conta uma tipologia de agressores domésticos proposta por Amy Holtzworth-Munroe, Docente e Investigadora do Departamento de Psicologia da Universidade de Indiana, nos EUA.

Se é certo que tanto os homens como as mulheres são potenciais agressores domésticos, em cenários de relações maritais ou equiparadas, e com taxas aproximadas de incidência de tais comportamentos em ambos os sexos, cabe ainda assim evidenciar que vários estudos vêm demonstrando que a violência por parte dos homens sobre as mulheres tem, por norma, consequências mais gravosas, podendo causar danos físicos severos e também motivar sintomatologia depressiva (Holtzworth-Munroe, Smutzler & Sandin, 1997, citados em Holtzworth-Munroe, 2000). Em muitas investigações ditas mais tradicionais sobre este tema, o perfil do agressor conjugal masculino é apresentado com uma certa homogeneidade, sendo feita a comparação-base entre “agressores violentos” e amostras de homens não violentos (Holtzworth-Munroe, 2000).

Conforme refere Amy Holtzworth-Munroe (2000), pesquisas recentes acabaram por revelar que os agressores conjugais masculinos são um grupo heterogéneo. Neste sentido, tal conclusão pela heterogeneidade das tipologias de agressores conjugais masculinos sugere que uma compreensão da violência doméstica conjugal será avançada pelo estudo atento das diferenças entre os agressores, sendo feita a comparação entre subtipos ou subcategorias de homens violentos, sendo posteriormente aferida a forma como cada tipo difere de homens não violentos, tal poderá, de acordo com a perspectiva de Amy Woltzworth-Munroe, com a qual, desde já estamos de pleno acordo, possibilitar aos investigadores identificar quais os processos subjacentes que podem redundar em violência.

A investigadora Norte-Americana propõe um modelo teórico de análise da tipologia de agressores conjugais masculinos propondo equacionar três dimensões descritivas da tipologia de tais sujeitos de investigação: severidade e frequência da violência marital; generalidade da violência (apenas em relação à família ou também fora da família); Psicopatologias ou distúrbios de personalidade apresentados pelos agressores (Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994, citados em Holtzworth-Munroe, 2000).

De acordo com as três dimensões acima indicadas, foram então propostos os seguintes subtipos de agressores: a) Agressores estritamente familiares; b) Agressores disfóricos Borderline; c) Agressores geralmente violentos e anti-sociais.

Para facilitar a análise dos subtipos indicados supra, optámos por elaborar uma tabela de síntese dos mesmos. Devemos referir que não se tratam de tipologias estanques, ou seja, cada uma das categorias propostas surge teorizada numa perspectiva de previsibilidade de cada comportamento, não sendo necessário que cada sujeito de estudo apresente a totalidade das

características enunciadas, para que possa considerar-se pela respectiva inclusão em dado subtipo de agressor.

<b><u>Subtipos de Agressores</u></b>		
<b>Agressores estritamente familiares:</b> - Subgrupo menos violento; - menor violência conjugal; - níveis mais baixos de abusos físicos e psicológicos; - menos violentos fora do entorno familiar, - Ausência ou baixo grau de psicopatologias.	<b>Agressores disfóricos <i>borderline</i>:</b> - abuso conjugal moderado a severo; - violência primeiramente confinada à parceira; - possibilidade de violência extra-familiar; - mais afectados psicologicamente (apresentando sintomas depressivos e ansiosos, e características de personalidade <i>borderline</i> (e.g. medo de rejeição).	<b>Agressores geralmente violentos e anti-sociais:</b> - previsivelmente mais violentos; - elevados níveis de violência conjugal; - elevados níveis de violência extraconjugal; - características de desordem personalitária anti-social (e.g. comportamentos criminosos, detenções, falhas de obediência a normas sociais, abuso substâncias ilícitas).

Dando continuidade às leituras exploratórias e à revisão de literatura, tendo em conta estudos realizados sobre o tema da violência doméstica nos Estados Unidos da América, vejamos a teorização proposta pelo Sociólogo Norte Americano Michael P. Johnson (2006).

O autor começa por apresentar uma construção teórica acerca da tipologia de violência entre parceiros íntimos (VPI), considerando a existência de três modalidades básicas: terrorismo íntimo, resistência violenta e violência situacional.

As modalidades propostas apresentam, na perspectiva do autor, distintas origens, dinâmicas e consequências, exigindo, por tal facto, diferentes abordagens sob o ponto de vista teórico, e reclamando estratégias diversas para promover as necessárias prevenção ou intervenção (consoante o estágio de desenvolvimento destes fenómenos).

O autor chama a atenção para o facto de os métodos de estudo utilizados, ao não fazerem a distinção entre estas modalidades, lhes conferirem estatutos idênticos que não correspondem à realidade, induzindo em erros sobre as conclusões, erros esses de cuja amplitude apenas será possível aferir aquando da realização de novos trabalhos de investigação que contemplem tais idiosincrasias.

A tipologia apresentada para a violência doméstica é resultado do longo debate acerca da simetria de género, neste âmbito, os teóricos reconhecem alguma influência do género na prática da violência (considerando-se uma mais elevada propensão masculina para a prática deste fenómeno social), porém, tal tipo de violência é também resultado das tensões e conflitos diários

ao nível familiar, sendo de referir que, nesta segunda perspectiva, as mulheres surgem com uma propensão simétrica em relação aos homens, para incorrer na prática de actos de violência doméstica.

O terrorismo íntimo e a resistência à violência aparecem enquadrados nas dinâmicas de controlo e resistência abordadas classicamente por autores de propensão teórica feminista.

Por sua vez, a modalidade de violência conjugal situacional surge enquadrada contextualmente no seio de inter-relacionamentos familiares.

Considerando a natureza do terrorismo íntimo (TI), o autor exalta que esta modalidade de violência doméstica surge como resultado de um contexto de exercício de controlo sobre o respectivo parceiro íntimo, sendo tal controlo exercido em permanência e a longo prazo.

O diagrama abaixo reproduzido ilustra esta teorização apresentada por Michael P. Johnson:



Figura 1. Michael P. Johnson – Poder e controle (traduzido)

Considerando-se, desta feita, a modalidade de resistência à violência, o autor explicita a natureza da mesma. Assim, sucede que, muitas vezes, a vítima de violência doméstica, mormente a mulher ( que se revela o elemento mais fraco desta interacção violenta, ao nível físico), ao sentir-se agredida, tenderá instintivamente, e de forma impensada a responder ao agressor também de modo violento, numa atitude contra-agressiva.

Não se verifica homogeneidade nesta situação, sendo cada caso distinto de outros, pois também a inferioridade física da vítima perante o seu agressor poderá levar a que esta receie retribuir a violência sobre si exercida como estratégia de remoção do perigo sobre a sua pessoa. Outras vítimas podem considerar que se o agressor toma uma atitude ofensiva, terá também de ser atingido fisicamente. Donde, a resistência à violência pode consubstanciar uma de variadas

situações: ou a vítima tem a esperança de, pela resistência e retorsão, afastar o perigo que impende sobre si mesma; ou entende que o agressor merece ser punido fisicamente porque lhe inflige maus-tratos físicos; ou poderá ainda resistir como forma de comunicação (mostrando a sua reprovação perante o comportamento do parceiro), ou ainda e naquela que será a situação limite, a vítima, após anos consecutivos de abusos sofridos, acaba por entender que há que colocar um ponto final nos abusos de forma radical, ocorrendo o homicídio do seu parceiro agressor como forma extrema de libertação da pressão sofrida de forma prolongada no tempo.

No que tange à modalidade de violência situacional do casal, cabe assinalar que esta resulta de um contexto pontual do relacionamento, não estando inserida numa vivência de exercício de poder e controle de qualquer um dos parceiros para com o outro.

Esta modalidade corresponde a actos de violência ocasionais e não reiterados, por norma, que podem resultar de um conflito imprevisto mas mais gravoso em contexto familiar, e.g. a extrema tensão e as emoções sentidas pelos parceiros, podem induzi-los à prática momentânea de violência, sem que esta corresponda de modo algum a um padrão habitual ou sequer repetido de comportamento.

Contudo, pode também corresponder a outro tipo de situações, nas quais se verifica já um padrão de alguma habitualidade na conduta violenta, sendo esta equacionada como forma de expressar frustração. Ainda assim, esta modalidade não está associada à mesma dinâmica de poder e controlo na relação que vimos estar relacionada com casos de terrorismo íntimo. Este tipo de violência doméstica pode surgir associado a algumas situações patológicas, ou corresponder a uma situação crónica na relação, perante a qual a violência surge enquadrada como escape.

Por sua vez, no nosso País, a violência doméstica vem sendo alvo de estudos bastante consistentes e com dados colhidos directamente nas fontes, ou seja, análises de vítimas e agressores, num trabalho desenvolvido por investigadores e docentes da Faculdade de Psicologia da Universidade do Minho, destacando-se os trabalhos de Rui Abrunhosa Gonçalves, Psicólogo, Investigador e Docente Universitário, que seguidamente iremos analisar de forma mais detalhada.

Com efeito, considerando-se a extrema relevância dos procedimentos tendentes à avaliação do risco de violência doméstica, têm-se assistido ao desenvolvimento de instrumentos e técnicas que permitem proceder à cabal avaliação de factores de risco, tornando viável a tarefa de identificar e sinalizar devidamente indivíduos que se mostram em risco de cometer actos violentos.

É importante realçar que tal procedimento de avaliação decorre sob uma perspectiva de prevenção e de intervenção junto de ofensores domésticos violentos e perigosos. Alguns destes instrumentos técnico-científicos de análise são já objecto de utilização no nosso país, mostrando-se adaptados às características específicas da população Portuguesa.

Em artigos científicos já dados à estampa, Rui Abrunhosa Gonçalves tem dado a conhecer a teorização e, em especial, a prática tendente aos procedimentos que têm por objectivo proceder à avaliação de agressores violentos, entre os quais se englobam os ofensores domésticos, que em especial interessam ao presente estudo teórico.

A Faculdade de Psicologia da Universidade do Minho dispõe desde 1998 de uma Unidade de Consulta da Psicologia da Justiça e Reinserção Social onde se procede à avaliação de sujeitos envolvidos em processos de agressão e violência doméstica. Esta unidade de consulta especializada tem recebido, desde a respectiva formação, muitos agressores, uns ali encaminhados pelas próprias vítimas, outros através de solicitações judiciais, no âmbito de processos pendentes perante a jurisdição criminal.

Antes de apresentarmos uma descrição dos instrumentos de avaliação de risco utilizados na Unidade especializada da Universidade do Minho supra mencionada, iremos apresentar uma sistematização teórica da conceptualização elaborada por Rui Abrunhosa Gonçalves sobre esta tão sensível e profícua temática.

Desde logo, há que ter em devida linha de conta o conceito/noção de agressor violento e perigoso (OPV) considerado por este autor, sendo inserido sob esta designação todo aquele que revele comportamentos ou atitudes marcadamente anti-sociais e que coloquem em perigo a integridade física e psicológica de outras pessoas (Gonçalves, 2005).

Entende o autor que os indivíduos que se englobam na categoria conceptual acima enunciada tenderão a incorrer no cometimento de crimes mais gravosos, devendo por tal circunstância, ser devidamente identificados e colocados sob custódia de diversos organismos estatais que detenham a responsabilidade pela segurança de pessoas e bens.

Este eminente autor, não olvida, todavia, a plena consciência de que tais indivíduos (em grande parte), podem apresentar níveis de inteligência e capacidade manipulativa que impeçam a sua identificação, ou que não permitam a aplicação de medidas de restrição sob si próprios. Outrossim, o autor exalta também a possível circunstância de tais indivíduos apresentarem distúrbios mentais que impeçam a sua responsabilização por actos cometidos ao arrepio da lei (sendo inimputáveis penalmente), o que ainda assim, não será de molde a reduzir o risco inerente às suas condutas. (Gonçalves, 2005).

Os procedimentos de avaliação de agressores violentos têm como pressuposto básico duas dimensões: o risco e a tratabilidade dos sujeitos.

O autor tem vindo a desenvolver um protocolo de avaliação de agressores violentos (entre os quais se inserem os agressores domésticos), tendo por base tanto a prática na Unidade de Consulta especializada da Universidade do Minho, como, igualmente a investigação em curso sobre tal matéria, estando tal protocolo sujeito a eventuais aperfeiçoamentos (Gonçalves, 2005).

O protocolo de avaliação proposto e aplicado por Rui Abrunhosa Gonçalves parte dos pressupostos de detecção atempada de factores de risco que possam redundar na prática de actos violentos, contemplando também áreas de intervenção que permitam dar o contributo para pôr fim a situações de violência entre parceiros.



Por forma a promover a identificação de factores de risco de violência, há que recolher dados junto do próprio agressor, junto das vítimas ou mesmo de terceiros, visto que muitos agressores apresentam características de anti-sociabilidade que levam a que ocultem ou distorçam a informação que se obtém (Gonçalves, 2005).

Percorramos então o protocolo de avaliação proposto por Rui Abrunhosa Gonçalves. Os instrumentos de avaliação apresentam-se sob a forma de *checklists*, dando-se como exemplo a *checklist* HCR-20, elaborada por Webster et al. (1995), constituída por 20 itens, avaliando o risco de um modo geral.

A sigla HCR-20 deve-se a ser constituída por itens a serem analisados (H- Historical, C- Clinical itens e R- Risk management) e pretende identificar três níveis de risco: 0 -(ausência de risco), 1 (risco moderado) e 2 (Alto Risco). Recordemos que a identificação dos factores de risco pode ser feita junto do agressor, da vítima e de dados arquivados previamente obtidos sobre o indivíduo a ser analisado.

Para completar e/ou obter avaliação acerca de determinados itens, de que são exemplos: a presença de psicopatias, doenças mentais ou abuso de substâncias é necessário que tenham sido feitas avaliações prévias com recurso a outros instrumentos, nomeadamente à *checklist* de Psicopatia Revista de Hare (PCL-R: Hare,1991).

A avaliação tem início pela entrevista – guião da PCL-R , entrevista que tem que ser complementada com outras informações provenientes de distintas fontes, visto que os ofensores tendencialmente distorcem a realidade ou chegam mesmo a negar a sua responsabilidade pelo cometimentos de actos de violência sobre as suas parceiras.

Para ajudar a clarificar o potencial de risco, há também que identificar vários factores, uns de carácter estático presentes na história, que ocorreram no passado e nada os pode modificar, (factores familiares, história criminal) e outros de carácter dinâmico, isto é, que podem sofrer alterações ao longo do tempo (factores sociais, psicológicos).

Numa perspectiva de intervenção, interessa saber se o programa de intervenção é viável, se tem possibilidades de vir ou não a ser bem sucedido, pois considera-se que quanto maior o risco, menor a tratabilidade.

É de todo importante conseguir avaliar o potencial de risco promovendo-se a distinção entre duas situações: por um lado, o risco de ocorrência de agressão conjugal, por outro, o risco de ocorrência de homicídio conjugal, para se for caso disso estabelecer um plano adequado de segurança.

Para contemplar a avaliação dos ofensores conjugais, e adaptando à necessidades, utiliza-se também a versão Portuguesa do Questionário da Agressividade (AQ) de Buss e Perry, traduzido e adaptado por Vieira em (2002), o Inventário de Estado-Traço da Ansiedade(STAI) de Spielberger, traduzido e adaptado por Silva(2003) e o Inventário de sintomas Psicopatológicos(BSI) de Derogatis, cuja adaptação para Portugal e a respectiva tradução foi levada a efeito por Canavarro(1999).

No que tange às atitudes e crenças face à violência doméstica, é utilizada a escala de Crenças sobre Violência Conjugal - EVVC e o Inventário de Violência Conjugal IVC - (Matos, Machado & Gonçalves, 2000), dado ser importante proceder à avaliação das crenças do agressor relativamente às situações de agressão.

Com vista a operar avaliações mais extensas de personalidade, pode recorrer-se ao NEO-PI-R (versão portuguesa de Lima e Simões, 2003), que torna possível uma avaliação global da personalidade do indivíduo em contexto clínico, saúde, profissional) ou poder-se-á também utilizar o D-48 (versão portuguesa da CEGOC-TEA, 1983), que consiste num teste de inteligência geral que pretende avaliar especificamente o “factor g”, avaliando a capacidade de aplicar o raciocínio a novas situações.

A combinação destes instrumentos de medida, permite a obtenção de uma avaliação mais fiável, porque não só contempla a realidade do sujeito mas também a forma como ele a percebe.

A avaliação de agressores conjugais pode utilizar questionários ou escalas para identificar a presença de sintomatologia psicopatológica (ansiedade, depressão, agressividade), mas tem como base o que é comum designar-se por instrumentos de avaliação forense, métodos de avaliação aplicáveis em contexto de exames periciais forenses, apresentados geralmente sob a forma de *checklists*, cuja utilidade não deixa margem para dúvidas, pois têm origem numa tradição de investigação com populações forenses, aliada aos ensinamentos da prática clínica.

A avaliação deste tipo de problemáticas deve dispor de todos os dados possíveis provenientes de múltiplas fontes, pois muitos agressores preferem recorrer a formas mais encobertas de vitimizar as suas parceiras, e entre todos os métodos efectuados o discurso da vítima deve ter um lugar preponderante (Gonçalves, 2005).

Dando seguimento às leituras exploratórias, e considerando-se ainda a investigação em território nacional, vejamos a conceptualização levada a efeito por Marlene Matos, que integra a equipa de investigadores da Universidade do Minho, Instituição esta que vem debruçando a sua atenção sobre o fenómeno da violência doméstica, estabelecendo e adoptando instrumentos de análise de agressores conjugais e das suas vítimas.

Desde 1998, inicio das consultas de Psicologia da Justiça da Universidade do Minho, que vêm sendo feitas avaliações a vítimas, e tendo sido verificado um aumento gradual do número de consultas devido a maus-tratos conjugais (do homem sobre a mulher).

Nesta unidade são elaboradas avaliações de vítimas com recurso a um protocolo de avaliação especialmente dirigido às mulheres vítimas de maus tratos conjugais, tendo por propósito avaliar casuisticamente cada situação.

Vejamos, de acordo com a conceptualização teórica de Marlene Matos, uma definição de maus tratos conjugais sendo estes equacionados enquanto: “conjunto de condutas de carácter abusivo perpetrado de forma intencionalizada sobre o cônjuge, podendo envolver acções violentas e não violentas. Assumem o propósito de dominar a vítima.” (Matos, 2005).

O protocolo aplicado reveste a natureza de um processo organizado de recolha e integração de informação, com o intuito de promover e realizar a análise de toda a situação. Começa por ser feita uma avaliação do funcionamento global da vítima, sendo avaliado o seu funcionamento em termos individuais, e também no âmbito relacional de conjugalidade; seguindo-se uma análise da vitimação propriamente dita, onde são tidas em conta as seguintes linhas de orientação: credibilidade das alegações da vítima; avaliação de risco (a que a vítima e eventualmente os filhos, se existirem, possam estar sujeitos); avaliação da sintomatologia e do impacto na vítima.

Em termos de apreciação do funcionamento individual, procede-se à análise de toda a história de vida da vítima, sendo prestada especial atenção à sua história familiar, enquanto mãe, à sua saúde física e psicológica e ao seu percurso e formação educacional, desempenho profissional e o modo como ocupa os tempos livres. São ainda considerados factores como a sua história relacional anterior, bem como a sua percepção pessoal acerca de tudo o que lhe aconteceu, assim como todo o respectivo background social e recursos socioeconómicos que possui.

No que diz respeito ao funcionamento conjugal da vítima, é necessário averiguar a história da relação e os maus-tratos conjugais.

Todo o processo de avaliação é doloroso para a vítima e para o seu entorno familiar.

Em sede de consulta de Psicologia da Justiça da Universidade do Minho, e em relação à avaliação de vítimas de maus-tratos conjugais, são utilizados dois instrumentos de avaliação que se mostram já devidamente adaptados à realidade Portuguesa, são eles: o IVC (Inventário de Violência Conjugal, Machado, Matos & Gonçalves, 2000), o qual consiste num inventário de comportamentos conjugais violentos, composto por duas partes, cada uma delas com vinte e uma questões, que permitem avaliar a taxa de prevalência dos actos perpetrados, e identificar a frequência com que se verifica a prática de comportamentos violentos para com a vítima. As vítimas são ainda sujeitas à avaliação com recurso a um instrumento denominado ECVC (Escala de crenças sobre a violência conjugal, Machado, Matos e Gonçalves, 2000), o qual permite proceder à avaliação de atitudes e crenças face ao uso de violência nas relações de intimidade, sendo constituído por vinte e cinco itens e tornando possível proceder à medição do grau de legitimação/tolerância face aos maus-tratos conjugais. (Matos, 2005).

### **2.3 A Problemática**

Tendo anteriormente sido apresentada a revisão de literatura, a qual decorre à medida que vão sendo levadas a efeito as leituras exploratórias, é chegado o momento de passarmos à planificação e formulação da problemática que, em concreto, pretendemos analisar.

O ponto de partida para a elaboração e formulação adequada de uma problemática, em sede de investigação científica, corresponde à tarefa de fazer um balanço relativamente às diferentes perspectivas possíveis de abordar um dado fenómeno, equacionar os seus pressupostos e

promover a comparação entre os mesmos, ponderando as implicações que possam resultar em termos de metodologia a seguir (Quivy. R. & Van Campenhoudt, L.,2008).

Dado que o processo de investigação científica segue o seu curso, assumidamente, sob a forma de um ciclo contínuo, em que muitas vezes se volta atrás nas fases que compõem o seu todo, na problemática, antes da mesma chegar o momento da personalização (ou seja, o momento em que os investigadores oferecem a sua visão pessoal, opinião e visão teórica próprias) há que levar a cabo uma retrospectiva atinente ao estudo da temática em análise, considerando e rememorando os ensinamentos colhidos ao longo das anteriores fases de investigação, designadamente, as leituras exploratórias, sendo também, muitas vezes, aberta mais uma oportunidade para um afinamento da pergunta de partida.

Destarte, considerando-se todo o estudo exploratório desenvolvido pelas autoras para a realização do presente trabalho de investigação, há a reter os seguintes aspectos: as análises teóricas sobre a temática proposta – violência doméstica – são bastante diversificadas. Maioritariamente os autores ( englobando-se tanto os autores Norte Americanos como os autores nacionais) orientam-se para a consideração de conceitos bastante amplos do fenómeno objecto de estudo, elaborando tipologias de agressores e vítimas que abarcam situações tão distintas quanto agressões aos parceiros feminino ou masculino, agressores a descendentes e/ou a progenitores, jovens ou idosos.

As construções teóricas propostas pelos vários autores estudados englobam um vasto número de esquemas conceptuais, tendo, por vezes, suporte em dados empíricos colhidos com recurso a métodos quantitativos e qualitativos, junto de várias populações que vivenciam directamente o fenómeno em questão, seguindo-se comparações entre amostras de populações afectadas pelo fenómeno com amostras de indivíduos que não experimentam tal tipo de comportamentos violentos para com os respectivos parceiros.

Nestes trabalhos de investigação e construção teórica sobre a violência doméstica, os autores consideram e elaboram mapas conceptuais que se espraiam pelas seguintes noções: perfis e tipologias de agressores, perfis e tipologias de vítimas (com recurso a instrumentos de avaliação científica – de que são exemplo os questionários aplicados às populações em estudo, e os respectivos protocolos de avaliação que apresentam uma unidade organizada de diversos métodos e instrumentos de medição, detecção do problema); enquadramento de vítimas e agressores em categorias conceptualizadas de perfis, levando em linha de conta as características dos sujeitos de observação; avaliação do risco e/ou estratégias de intervenção em situações de violência já instaladas, tendo em consideração a severidade da situação e as especiais características das mesma.

Às autoras do presente trabalho foi colocado o desafio de escolha exacta e consistente da problemática a considerar para avançar com as tarefas de apreciação do tema e futura construção teórica personalizada.

Ora, dada a complexidade e riqueza do tema escolhido, e a enorme variedade de estudos e autores que sobre o mesmo debruçaram a respectiva atenção, foi tomada a decisão de orientar a problematização do tema no sentido de uma clara e objectiva delimitação do campo e objecto de estudo temático, fazendo-se tal precisão num sentido restrito ou *strictu sensu* do tema proposto.

Problematizar, é pois definir as linhas que irão conduzir a reflexão pessoal e original do investigador sobre o tema seleccionado, e delimitar com precisão o objecto de estudo e a forma como se vai proceder a tal estudo.

Caberá, pois, desde já precisar que o tema violência doméstica será seguidamente teorizado pelas autoras numa perspectiva restrita ou de *strictu sensu*, apenas se focalizando nas situações de violência doméstica exercida pelos companheiros masculinos sobre as vítimas do sexo feminino (por companheiros entendamos os cônjuges ou parceiros amorosos das vítimas que se apresentem enquanto agressores efectivos ou potenciais das mesmas).

Será apresentada uma construção teórica que procurará identificar os factores propiciadores do problema alvo de estudo, apenas tendo em conta a restrição acima explicitada para a definição do campo de estudo.

À laia de exposição de motivos, e por cautela, sempre se dirá que esta problematização restrita é feita por uma questão meramente metodológica, dada a complexidade do tema, e tendo em consideração que o mesmo é suficientemente rico para permitir este tipo de análise de uma forma minimamente consistente ao nível teórico, atentos os objectivos de avaliação pretendidos com esta tarefa académica e o limitado prazo de execução da mesma, estando inserido na formação básica inicial do Curso de Mestrado Integrado em Psicologia. Parece-nos oportuno, neste ponto do trabalho, esclarecer que as autoras têm plena consciência da abrangência do tema escolhido e da sua extensão vasta, pelo que sentiram necessidade de focalizar o mais possível a sua atenção numa visão mais restrita do mesmo, não desmerecendo, ainda assim, as modalidades existentes para além desta focalização. De forma a complementar esta proposta de análise escolhida e lograr ilustrar a abrangência do fenómeno, o presente trabalho não será concluído sem que seja apresentada uma planificação de análise futura do tema, de uma forma mais profunda e prolongada no tempo, e enriquecida ao nível dos métodos de trabalho científico.

### **3. MODELO DE ANÁLISE TEÓRICA PROPOSTO**

Passemos, pois, à apresentação do modelo de análise/construção teórica proposto pelas autoras do trabalho, naquela que é a sua visão pessoal do tema, sob um ponto de vista *strictu sensu*, consoante já melhor explicitado e fundamentado no estabelecimento da problemática.

Desde logo, propõe-se a seguinte definição para a violência doméstica, conjugal numa perspectiva *strictu sensu* – sendo violência doméstica conjugal em sentido restrito toda a prática ou tentativa de prática de actos ou a ameaças de carácter verbal, físico, psicológico ou sexual, direccionados pelo parceiro masculino para a sua esposa ou companheira, com ou sem carácter

reiterado, e tendo como intuito exercer poder e domínio sobre a vítima, colocando-a numa posição de sujeição e inferioridade.

Consoante resulta da definição proposta, as modalidades consideradas para a violência doméstica, praticada pelo homem sobre a sua parceira amorosa são as seguintes: violência verbal (e.g. injúrias e difamações); violência física (e.g. agressões, ofensas à integridade física); violência psicológica (e.g. coacção, chantagem, ameaça séria de concretização de um mal); sexual (e.g. violação).

Vejam agora, em sede de teorização proposta, uma questão fundamental que se prende com o chamado ciclo da violência doméstica, o qual corresponde a um modelo clássico de descrição faseada do fenómeno, dando conta da sua dinâmica e continuidade no tempo.

Ora, comecemos por explicar o modelo clássico de ciclo de violência, constante de variada literatura especializada sobre o tema. Apresenta-se, de seguida uma representação esquemática, a qual facilitará a exposição teórica do modelo:<sup>7</sup>

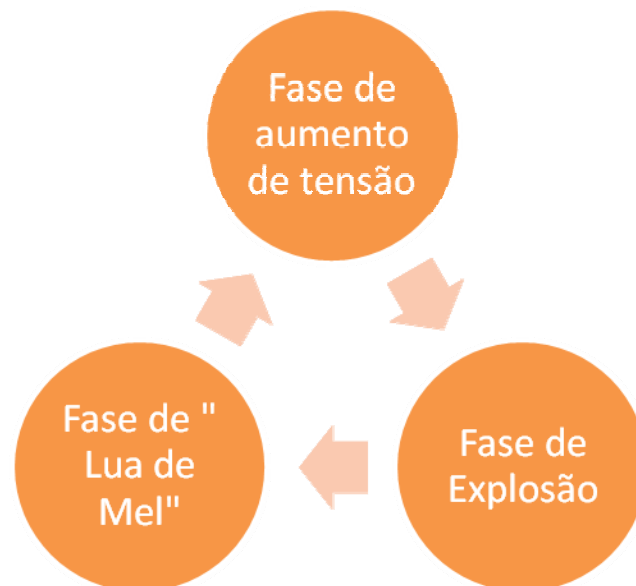


Figura 2. Ciclo da violência doméstica – visão clássica

Há que evidenciar que o ciclo da violência doméstica pode ser equacionado sob uma forma circular, sendo pautado por uma divisão em três fases básicas: fase de aumento da tensão; fase de explosão e fase de “lua de mel”, fases estas que se vão repetindo sucessiva e sequencialmente.

Caracterizando sumariamente estas fases, podemos considerar as seguintes características, para cada uma delas:

Fase de aumento de tensão – nesta fase a tensão entre o casal aumenta por um qualquer motivo ao qual o agressor atribui o papel de motor da deflagração de actos preparatórios de violência. De um qualquer motivo fútil pode surgir uma discussão entre o casal, durante a qual o agressor inicia a sua tendência agressiva para com a vítima, imputando-lhe a prática de condutas menos correctas, ou fazendo um julgamento erróneo e negativo de um comportamento da vítima

que pode ser irrelevante ou que podendo ser criticável, corresponde a factor involuntário e fora do livre arbítrio da vítima (e.g. não conseguir chegar a casa a determinada hora, após desempenho de actividade laboral). Neste contexto, o agressor adopta uma atitude agressiva para com a vítima, expressando sentimentos de fúria e frustração, e inculcando na vítima sentimentos de culpa, procurando fazê-la sentir-se desconfortável, em situação de inferioridade e sob o domínio do seu agressor.

Fase de explosão – corresponde à fase durante a qual o agressor executa sobre a vítima os actos directos de violência (sob qualquer uma das modalidades, ou até praticando várias modalidades, numa espiral crescente de violência). Dão-se neste contexto as agressões directas de natureza verbal, física, psicológica ou mesmo sexual, sendo mantida uma permanente postura de hostilidade e domínio total sobre a pessoa da vítima.

Fase de “Lua de Mel” – nesta fase o agressor tende a minorizar os actos de violência praticados, mostrando atitudes próprias de arrependimento, pedindo perdão à vítima e fazendo promessas no sentido da não repetição de comportamentos violentos para com a mesma. Há promessas ostensivas de emendar comportamentos violentos, sendo frequente o agressor assumir que os actos violentos cometidos não são correctos, mas tentando justificar o seu comportamento com factores de motivação exógenos a si mesmo e à vítima, bem como atribuindo o seu comportamento a uma tensão nervosa momentânea, involuntária, impensada e incontrolável apenas surgida naquele momento temporal.

No decurso da continuidade da relação, o ciclo e as fases acima explicitadas repetem-se sequencialmente.

No âmbito do presente trabalho, as autoras conceberam um novo formato para o ciclo da violência doméstica, esquematizando-o não de uma forma algo rígida e estática, como a patente na visão clássica do mesmo, mas antes introduzindo uma componente dinâmica e que contemple variabilidade de situações, sendo passível de aplicar a situações menos lineares ou ortodoxas, mas englobando também as situações mais comuns de padrões de violência doméstica.

Mais uma vez, crê-se que a representação gráfica será um auxiliar relevante na explanação do modelo teórico proposto, no que respeito diz ao ciclo de violência doméstica:

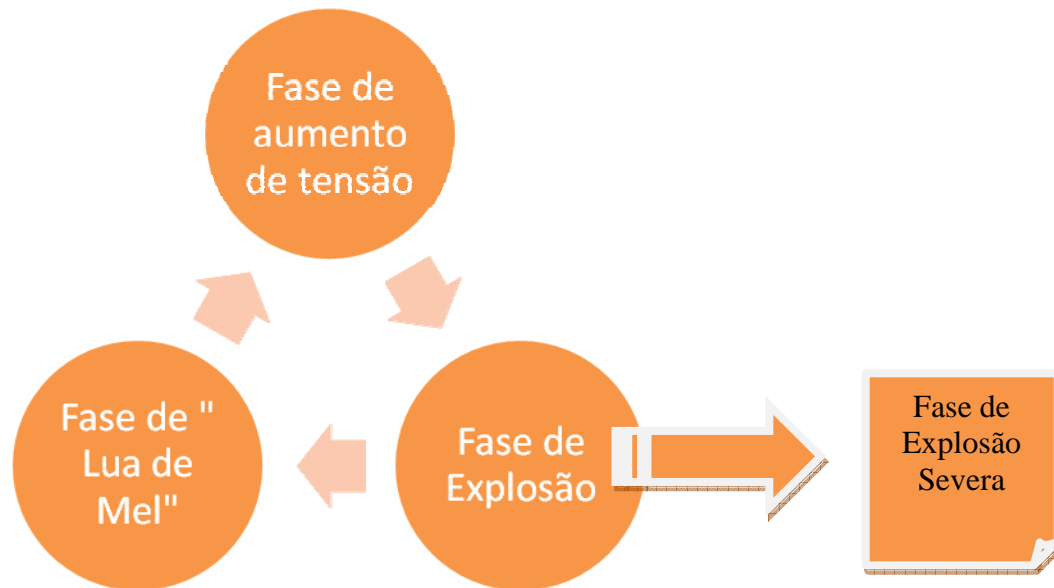


Figura 3. Ciclo da violência doméstica – Proposta teórica das autoras do presente estudo

Nesta concepção do ciclo de violência doméstica, muito embora se considere em diversos momentos e circunstâncias de violência doméstica a sequência de fases na vertente clássica, atrás exposta, consideram as autoras que há situações contextuais onde surge a seguir à fase da explosão a chamada fase de explosão severa, a qual consiste na prática de actos extremados de violência, que pela sua gravidade, alcance e consequências levam a uma interrupção terminal do ciclo de violência que poderá decorrer de factos extremos como os homicídios conjugais, seguidos ou não se suicídio da pessoa do agressor, ou ainda, não se verificando um desfecho tão extremado, porque o acto é de tal forma inaceitável por parte da vítima que esta põe fim ao relacionamento, dispondo-se mentalmente a libertar-se em definitivo do jugo do seu agressor, e deixando de aceitar vivenciar os contextos de violência até ai presentes na relação amorosa.

Para concluir a apresentação de modelo teórico proposto, cabe ainda apresentar as tipologias que ora se propõem para o estudo de agressores e vítimas de violência doméstica, em sentido restrito.

Destarte, consideram-se as seguintes tipologias de agressores domésticos:

**Agressores patológicos** – aqueles que agem violentamente motivados por psicopatologias que os afectem, ou ainda por se encontrarem dependentes do abuso de substâncias estupefacientes ou que padecem de alcoolismo.

**Agressores por influência socioeconómica** – aqueles que agem em contextos de problemáticas sociais mais generalizadas, tais como desemprego e consequente redução dos rendimentos do casal.



Agressores contextuais – os que revelam condutas de natureza violenta apenas em contexto preciso e pontual (e.g. no âmbito de uma discussão familiar), sem que tal acto integre os respectivos padrões de comportamentos habituais.

Agressores por influência Cultural – os que agem de forma violenta para com as respectivas parceiras influenciados primacialmente por motivos de ordem cultural (e.g. valores tradicionalistas que conferem ao homem estatuto de superioridade e controle sobre a mulher; normas religiosas que permitem tal conduta, sem que esta seja julgada reprovadamente).

Em relação à tipologia de vítimas de violência doméstica proposta, a mesma é equacionada à luz da tipologia de agressores domésticos acima proposta, assim, teremos: vítimas de agressores patológicos; vítimas de agressores por influência socioeconómica; vítimas de agressores contextuais e vítimas de agressores por influência cultural.

Estas vítimas de violência doméstica assumem tal estatuto devido aos motivos que levam ao despoletar dos comportamentos violentos nos respectivos parceiros amorosos. Note-se ainda que estas vítimas vivenciam experiências que se enquadram no curso do ciclo de violência doméstica, podendo este ser abruptamente interrompido pela ocorrência de uma fase terminal de explosão severa, de acordo com as especiais características atribuíveis a cada situação observada de violência doméstica.

Todavia, considera-se que estas vítimas apresentam uma característica comum a todas elas, característica esta independente da modalidade ou modalidades de violência doméstica de que são alvo, e que apenas pode variar não na respectiva natureza, mas no grau em que é experimentada por cada pessoa: as vítimas apresentam, em maior ou menor grau, e de forma pontual, residual ou reiterada a interiorização de sentimentos de culpa e/ou de inferioridade ou mesmo dependência em relação aos seus parceiros agressores.

#### **4. CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES ENCONTRADAS NA REALIZAÇÃO DO PRESENTE ESTUDO**

Mostrando-se concluída a análise teórica do tema proposto – violência doméstica, e após uma estratégia de gradual afinamento de conceitos e delimitação precisa do objecto do presente estudo, logrou-se apresentar uma proposta personalizada de modelo de análise teórica do mesmo, tendo-se optado por conceber a teorização do fenómeno da violência doméstica sob uma perspectiva *strictu sensu*, a qual apenas considera a prática de violência do homem sobre a sua parceira amorosa.

Do estudo efectuado, e da reflexão pessoal do grupo de trabalho sobre o tema resulta evidente que se trata de um fenómeno complexo, que se oferece aos investigadores como

passível de variadas e ricas abordagens, não se encontrando ainda esgotado, dado que o seu estudo deverá acompanhar o fluxo de evolução social sempre em contínuo curso.

A conclusão mais relevante que podemos retirar é algo sócrática, ou seja, por muito que se estude e pondere sobre a violência doméstica, devemos ter sempre a humildade de assumir a nossa ignorância sobre o tema, em sentido positivo, apenas tendo em conta de que se trata de algo bastante complexo e sujeito a diversos factores de influência, devendo-se sempre precisar o campo de análise nos vários estudos, tal como procuraram fazer as autoras do presente trabalho, com a ressalva de que se tem plena e absoluta consciência de que a violência doméstica, em toda a sua rede de complexidade é muito mais do que a análise teórica que aqui de deixa registada.

Quanto a limitações sentidas pelas investigadoras na realização deste trabalho, deve deixar-se nota das seguintes:

A complexidade do fenómeno pode redundar numa visão algo redutora do mesmo;

O prazo limitado de realização deste estudo condicionou obviamente a sua amplitude, bem como a escolha dos métodos utilizados;

A inexperiência das investigadoras condicionou a realização do trabalho, tendo sido sentidas várias dúvidas ao longo da sua elaboração, as quais ainda assim cremos serem salutares, dado que consistiu uma excelente oportunidade para dar os primeiros passos num trabalho de investigação científica, tendo noção da sua continuidade, faseamento e opções metodológicas ao dispor dos investigadores na área científica, neste caso, das ciências sociais.

## **5. PROPOSTA DE ANÁLISE FUTURA DO TEMA**

Para finalizar este trabalho, e como forma de lhe atribuir um cunho ainda mais personalizado, julgamos oportuno partilhar uma proposta de estudo aprofundado da temática, quiçá realizável a médio prazo pelas suas autoras.

Assim, num trabalho de dimensões e prazos de realização mais alargados, seria pertinente proceder-se a entrevistas semi-directivas com vítimas e agressores, mediante prestação de consentimento informado através de documento assinado por cada um deles e garantindo-se a confidencialidade dos intervenientes, sendo previamente elaborado um protocolo de entrevista com os tópicos mínimos a averiguar. Tal trabalho poderia ser complementado com entrevistas a peritos de equipas técnicas especializadas no acompanhamento institucional deste tipo de situações. Todo este material recolhido em entrevista seria posteriormente objecto de uma análise sistemática aprofundada, isto sem olvidar as limitações inerentes a tal método de recolha de dados, mormente, a não imediata disponibilidade da informação recolhida e o risco sempre presente de enviesamentos decorrentes de alguma falta de espontaneidade, ainda que inconsciente, por parte dos entrevistados, risco este que seria certamente acrescido no caso dos agressores, que sentir-se-iam inevitavelmente sujeitos a severo julgamento social das suas acções e que chegam mesmo a negar o seu cometimento.

Recomenda-se também a constituição de uma equipa de trabalho multidisciplinar (e.g. composta por Sociólogos, Antropólogos, Psicólogos, Técnicos de Serviço Social, Psiquiatras, Economistas e Juristas), no intuito de abarcar a maior quantidade possível de cambiantes que este tema pode assumir na nossa sociedade.

### **Referências Bibliográficas:**

Gonçalves, R.A. (2005) *A Avaliação de Ofensores Violentos e Perigosos: O caso dos agressores Conjugais*. Psicologia Forense. Coimbra: Quarteto

Holtzworth-Munroe, A.(2000). *A Typology of Men Who are Violent Toward Their Female Partners: Making Sense of the Heterogeneity In Husband Violence*. American Psychological Society

Jonhson, M.P.(2006). *Violence and Abuse in Personal Relationships: Conflict, Terror and Resistance in Intimate Partnerships*. Chapter 30. The Cambridge Handbook of Personal Relationships. New York: Cambridge University Press

Matos, M. (2005) *Avaliação Psicológica de Vítimas de Maus-Tratos Conjugais*. Psicologia Forense. Coimbra: Quarteto

Quivy, R.& Campenhoudt, Luc V.(2008).*Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva